



## **Relato da reunião extraordinária do CD EPSJV**

**9 de julho de 2020**

### PAUTA

#### **Discussão e análise do documento GT - Biossegurança e projeções para o retorno às atividades presenciais de ensino da EPSJV**

A chefe de gabinete informou que a Presidência da Fiocruz está discutindo com as unidades o Plano de Convivência para o retorno das atividades presenciais e foi solicitado que as unidades encaminhem seus planos de retorno para que haja um alinhamento no plano geral da Fundação. Ela informou que quase todas as unidades da Fiocruz já haviam encaminhado seus planos naquela data, alguns mais detalhados e outros mais genéricos, mas, explicitando as especificidades de cada unidade.

Falando especificamente sobre o plano da EPSJV, a chefe de gabinete lembrou que como ainda há muito a se descobrir sobre a Covid-19, serão necessárias alterações no plano ao longo do tempo, conforme novas recomendações forem surgindo.

A chefe de gabinete ressaltou que, no momento, está sendo discutido pela Presidência o “como” deve ser a volta, mas que ainda não há nenhuma previsão de quando isso se realizará. O objetivo agora é fazer o melhor planejamento possível para que a volta, quando acontecer, esteja consonante com as normas de segurança sanitária. A chefe de gabinete relatou que a Presidência da Fiocruz informou que a Fundação tem autonomia para definir qual é o momento de retornar às atividades presenciais e que isso só deve ocorrer quando houver segurança para isso.

Ela relatou ainda que estão sendo discutidas, junto ao Nust e à Cogepe, questões como a testagem dos trabalhadores e protocolos sobre o que fazer em caso de estudantes e trabalhadores com sintomas de Covid-19. A Cogepe está elaborando um Plano de Convivência sobre a gestão do trabalho na Fiocruz.

A coordenadora da Cogetes e do GT de Biossegurança informou que está em discussão com a Vice-presidência de Educação e Comunicação (VPEIC) da Fiocruz um plano de inclusão digital que prevê a distribuição de tablets e chips para os estudantes da EPSJV para que eles possam fazer as atividades remotas. Ela destacou que essa iniciativa é importante, pois, a princípio, não será possível viabilizar o retorno presencial dos estudantes da EPSJV em 2020. Com isso, será feito um recesso escolar em julho, para os alunos do Curso Técnico de Nível Médio em Saúde (CTNMS), e um processo de jornadas pedagógicas com os professores, em agosto, para a continuidade das atividades remotas ao longo do segundo semestre de 2020. Na próxima semana, haveria uma reunião da Cogetes ampliada para discutir o assunto.

A coordenadora do GT de Biossegurança informou ainda que, além do documento interno da EPSJV, o grupo também estava elaborando um manual de biossegurança

para o retorno das atividades presenciais nas escolas públicas e que o Latec estava planejando um curso online sobre biossegurança nas escolas.

Ela destacou que a EPSJV tem sido procurada por outras instituições públicas de ensino do Rio de Janeiro para dar orientação sobre o retorno seguro das atividades presenciais e que está sendo gestada a criação de um fórum permanente das escolas públicas do Rio de Janeiro para discutir medidas de biossegurança.

### **Contribuições ao documento**

A coordenadora do GT de Biossegurança informou que foram recebidas muitas contribuições dos laboratórios e setores sobre o documento da EPSJV. Em relação à atualização de normas, ela explicou que todas as novas orientações oficiais que foram publicadas depois da elaboração da primeira versão do documento serão incorporadas. No contexto geral, ela explicou que o objetivo é ter um documento mais sintético e técnico e que alguns detalhamentos serão feitos em documentos posteriores.

Em seguida, a coordenadora do GT iniciou a apresentação do documento com as sugestões de inclusões e alterações enviadas pelos laboratórios e setores para que o CD EPSJV validasse ou não as sugestões.

Em relação aos marcos legais, diversos setores sugeriram que fosse definido quem é a autoridade competente que pode determinar que a Fiocruz retome o trabalho presencial. A chefe de gabinete e a coordenadora do GT explicaram que a decisão do grupo de deixar essa questão em aberto tem o objetivo de manter a autonomia da Fiocruz para decidir o melhor momento de retorno.

Sobre o distanciamento entre os estudantes, a coordenadora do GT e a chefe de gabinete explicaram que o documento segue os parâmetros da OMS para as escolas, que sugere distância mínima de um metro, mas que a ideia é sempre tentar garantir uma distância maior do que essa. A chefe de gabinete destacou ainda que, diante das novas evidências de transmissão pelo ar, o fluxo de ar nos ambientes também vai ser fundamental.

No caso do espaçamento dos trabalhadores dentro dos laboratórios e setores, a coordenadora do GT explicou que esse planejamento está sendo feito pela Cogepe e que, quando for o momento, isso também será discutido. No que se refere à limpeza dos ambientes de trabalho, isto é de responsabilidade da Cogic.

O representante do Lateps destacou que, além do trabalho da equipe de limpeza, deve ser potencializado o cuidado coletivo com a limpeza e a higienização, sendo incorporado pelos trabalhadores e estudantes.

Sobre a questão das máscaras, tema que também recebeu diversas sugestões, a coordenadora do GT explicou que a Escola deve se responsabilizar pela oferta de certo número de máscaras não descartáveis para estudantes e trabalhadores e, excepcionalmente, máscaras descartáveis para o caso de ausência do equipamento. Ela informou ainda que seriam incluídas no documento as novas orientações da OMS sobre o uso e a higienização das máscaras.

Em relação à Comunicação, foi sugerido pelo Laborat que o documento aborde genericamente as questões de Comunicação e que seja elaborado um novo documento com o detalhamento das ações de comunicação interna e externa em relação ao Plano de Convivência.

Sobre o atendimento na Secretaria Escolar, está sendo estudada a ampliação do atendimento ao público por canais remotos e a possibilidade de acesso aos sistemas da Secretaria Escolar de forma remota. Também foi sugerido que a barreira física a ser instalada nos balcões seja de acrílico e não de vidro, como previsto inicialmente.

Em relação ao apoio psicossocial à comunidade escolar, foi sugerido que se retire a explicitação de uma única instituição parceira e se inclua um texto mais genérico, pois pode ser que a Escola precise ampliar as parcerias com instituições que oferecem esse serviço. Luiz Mauricio (VDEI) informou que o Projeto Escola Saudável vai realizar um diagnóstico sobre os impactos da pandemia no corpo discente da EPSJV e que o resultado desse estudo será importante para as estratégias pedagógicas e psicossociais de retomada.

Sobre o ensino remoto, a coordenadora do GT informou que serão feitos ajustes e inclusões no documento, a partir das sugestões recebidas. A coordenadora do Laborat disse que, seguindo os princípios da Escola, deve ser incluído no documento que a adoção de outras modalidades de ensino, que não a presencial, serão adotadas de forma excepcional por causa da pandemia.

Em relação às fases de retorno de cada atividade, a coordenadora do GT disse que serão feitos ajustes nas tabelas, detalhando melhor o que está incluído em cada fase, e que haverá suspensão das fases caso seja constatada a contaminação pela Covid-19 no ambiente escolar.

Sobre o protocolo a ser seguido em relação aos estudantes que estejam com sintomas de Covid-19, ainda estão sendo feitas conversas com o Nust para definir o que fazer nessas situações. No caso da EJA, cujas aulas acontecem à noite, será necessário incluir uma parceria com a UPA de Manguinhos, pois o Nust não funciona à noite.

A coordenadora do Laborat sugeriu que fosse incluído no documento que a Escola não pode se responsabilizar pela realização do diagnóstico, pois a comunidade escolar não está apta a identificar casos suspeitos e isso pode gerar constrangimentos.

Sobre a organização para a entrada na Escola, a chefe de gabinete explicou que ainda não existem estudos sobre a eficácia dos chamados tapetes sanitizantes, por isso, por enquanto, a Fiocruz não orienta o uso dos tapetes e ele não será usado na EPSJV. Havendo novas orientações sobre o tema, elas serão incluídas no documento posteriormente.

Ainda sobre os protocolos para a entrada no prédio, diversos laboratórios e setores fizeram apontamentos sobre como e por quem será feita a inspeção visual e de temperatura das pessoas que entrarem na Escola. A chefe de gabinete explicou que há controvérsias sobre a efetividade da aferição de temperatura, pois a pessoa pode não ter febre, mas ter outros sintomas da doença e que a inspeção visual também não é tão eficaz quanto à aplicação de um questionário de sinais e sintomas. Por isso, o que deve ficar no documento é a aplicação do questionário e a aferição de temperatura, mas ainda não está definido qual será o perfil do profissional que fará essa tarefa.

Em relação à organização dos setores, foram feitas sugestões como a instalação de barreiras físicas de acrílico em alguns laboratórios e nas mesas das secretárias por causa da circulação de pessoas; instalação de totens de álcool gel acionados por pedais; prioridades para o uso do elevador; entre outras. A coordenadora explicou que as questões relacionadas à gestão do trabalho estão sendo pensadas pela

Cogepe e que a Fiocruz fará a compra coletiva de alguns equipamentos e materiais para todas as unidades (como os dispensers de álcool gel, por exemplo).

A chefe de gabinete lembrou que, além das adequações nos espaços internos, a Escola também terá um novo espaço externo para a realização de atividades, o Espaço de Convivência Luiz Fernando Ferreira, que está sendo construído no terreno lateral da EPSJV, e que também poderá ser usado para a realização de atividades pedagógicas ao ar livre.

A coordenadora do Latec ressaltou que esse novo espaço fica muito próximo das gaiolas do ICTB, que é uma área insalubre para os humanos, por conta da dispersão de partículas quando ocorre a lavagem das jaulas dos macacos. Ela sugeriu que a Escola solicite ao ICTB ou a própria Fiocruz algum tipo de garantia sobre a segurança sanitária para o uso desse espaço.

A Direção perguntou se a Fiocruz já não tem projeto para realocação das gaiolas dentro do campus. A coordenadora do Latec explicou que, há alguns anos, foi levantada a possibilidade de mudança de local das gaiolas, mas que esse debate não evoluiu. Ela sugeriu que a Escola questione a Presidência da Fiocruz oficialmente sobre o assunto e que o tema seja discutido no CD Fiocruz.

O representante do Lateps lembrou que essa questão institucional não diz respeito apenas à EPSJV, tendo em vista que as jaulas dos macacos ficam próximas também da rua do rio, onde há um fluxo intenso de pessoas por conta dos ônibus do transporte coletivo. Ele também sugeriu que a Escola leve a questão à Presidência da Fiocruz.

A Direção disse que vai encaminhar um ofício à Presidência da Fiocruz sobre a questão.

Sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos docentes, a coordenadora do GT explicou que o documento prevê uma distância de dois metros entre o professor e os alunos, por isso, não seria necessário algum tipo de EPI diferenciado. Além disso, está prevista a utilização de uma estrutura audiovisual pelos professores.

A Direção explicou que o que está previsto é a compra de microfones e equipamentos de amplificação de som para serem utilizados em sala de aula e em espaços maiores. Esses equipamentos serão adquiridos com recursos que a Fiocruz vai incluir no orçamento da Escola. A coordenadora do GT explicou que será criado um Procedimento Operacional Padrão (POP) para o uso dos equipamentos de audiovisual, de acordo com as normas de segurança sanitária.

Também serão criados novos POPs para os laboratórios de práticas da Escola, dentro do contexto do coronavírus.

Em relação aos estágios dos estudantes, serão realizadas reuniões específicas sobre o tema e deve haver reformulações sobre essa questão, tendo em vista a continuidade do ensino remoto no segundo semestre de 2020.

A coordenadora do Laborat sugeriu que sejam criadas normas não apenas para os estágios, que são realizados fora da EPSJV, mas também para as atividades externas em geral com os alunos. A chefe de gabinete sugeriu que no caso das atividades externas, as coordenações dos cursos devem consultar o GT para verificarem quais normas devem ser seguidas, de acordo com o tipo de atividade.

Sobre as questões específicas das atividades de Iniciação Científica, foram feitas diversas sugestões pelo Lic-Provoc e pela CT de Pesquisa da EPSJV, que serão incorporadas ao documento.

Em relação à alimentação escolar, será reforçado o uso de copos individuais, no lugar dos descartáveis; e serão incorporadas ao documento diversas mudanças sugeridas pelos laboratórios e setores, além de alterações de acordo com a Nota Técnica 48, da Anvisa, sobre os serviços de alimentação.

A chefe de gabinete informou que, além da indicação de manter portas e janelas abertas, para garantir o fluxo de ar, está sendo estudada a possibilidade de instalação de exaustores de ar nas salas de aula, tendo em vista que o uso de ar condicionado não é indicado.

A coordenadora do Latec explicou que, no caso dos laboratórios de práticas, não é possível trabalhar com portas e janelas abertas por causa dos riscos biológicos. O representante da VDEI lembrou que os laboratórios de práticas possuem exaustores potentes, que podem dar conta do fluxo de ar necessário.

O coordenador do Labman explicou que, nos laboratórios de práticas do Latec e do Labman, o ar-condicionado pode ser ligado, desde que os exaustores também estejam ligados. E que nas salas de aulas, podem ser usados pequenos exaustores para fazer fluxo de ar.

A coordenadora do GT disse que a questão da ventilação é um dos pontos mais críticos e que aguardam estudos técnicos sobre o assunto para novas definições.

Sobre o uso e higienização dos banheiros, a coordenadora do GT disse que o documento vai ser atualizado, de acordo com novos estudos que haviam sido publicados depois da elaboração da primeira versão do documento.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que considera essencial que seja feita na Escola a discussão sobre a educação remota emergencial, assim como a articulação da EPSJV com outras escolas de educação básica. Ela disse ainda que, em seu entendimento, o Plano de Convivência é para 2021 e que isso deve ficar claro no documento.

A coordenadora do GT disse que a Escola está em sintonia com o que a VPEIC está propondo, mas que, neste momento, a possibilidade de antecipação dos cenários é muito restrita. Está sendo discutido o ensino remoto emergencial no segundo semestre de 2020 e essa discussão será incluída no documento, após as definições da reunião da Cogetes ampliada que aconteceria na próxima semana.

O coordenador do Labform disse que considera importante que a EJA esteja contemplada no documento e que os professores do Labform consideram urgente que a discussão sobre o retorno seja ampliada por toda a Escola. Destaca ainda a importância de que sejam consolidadas as posições e o alinhamento da EPSJV com outras instituições públicas de ensino. Ele ressaltou que se não há nenhuma possibilidade de retorno presencial das atividades docentes em 2020, de acordo com o entendimento atual da VPEIC e da Fiocruz, isso muda o escopo do documento e devem ser pensadas estratégias pedagógicas e de planejamento para o segundo semestre de 2020.

A Direção disse que, inicialmente, a Escola estava trabalhando com a possibilidade de alguns retornos ainda em 2020, mas que, no momento, a perspectiva é que isso não aconteça. Por isso, é preciso debater o ensino remoto emergencial para o segundo semestre de 2020. A Direção destacou que o processo da volta deve ser

cauteloso, observando as condições de segurança sanitária, e que a decisão tomada pela EPSJV vai impactar também outras escolas públicas do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense que têm a Escola como referência.

O representante do Lateps disse que o documento é preventivo e de segurança, mas que não é possível prever quando a volta vai acontecer, pois isso depende de diversos fatores externos. Mesmo assim, ele defendeu que o documento fosse aprovado, mesmo com limitações, considerado que ainda há muito a descobrir sobre o coronavírus. Disse ainda que o Lateps propõe que sejam iniciadas as discussões nos colegiados e coordenações de cursos sobre o planejamento do ensino remoto no segundo semestre de 2020 na EPSJV, de acordo com as especificidades de cada formação.

A chefe de gabinete disse que a Fiocruz definirá quando as atividades presenciais irão voltar, mas que pode acontecer de a Fundação determinar o retorno das atividades presenciais, mas manter o ensino remoto até o final de 2020 e isso vai trazer uma desigualdade entre os trabalhadores.

A coordenadora do Lic-Provoc afirmou que valoriza o trabalho de todos os laboratórios e setores que fizeram contribuições ao documento, mas que considera essencial que fique claro no documento o posicionamento da EPSJV em relação ao não retorno das aulas presenciais do Ensino Médio em 2020, assim como já ficou definido no Programa de Pós-graduação da EPSJV que o segundo semestre será apenas com atividades remotas.

A Direção ressaltou que se posicionar sobre a Pós-graduação é diferente de se posicionar sobre a educação básica e que, neste momento, é preciso ter cautela com o posicionamento público da Escola.

Voltando ao conteúdo do documento, a coordenadora do GT falou sobre a questão de saúde do trabalhador e a definição de grupos de risco, que foi apontada por diversos laboratórios e setores que deveria ser mais bem definida. Ela explicou que a Escola está retomando a constituição da comissão de saúde do servidor público.

A chefe de gabinete disse que o Plano de Contingência da Fiocruz estabelece uma série de critérios para definir quem deve fazer trabalho remoto e que documentos dos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Economia e da Secretaria de Trabalho trazem uma definição bem restrita de quem é considerado grupo de risco. Ela explicou que a Escola está dialogando com a Cogepe sobre essa questão, que ainda precisa de definições mais claras.

A chefe de gabinete falou ainda sobre a articulação entre o Plano de Convivência e o Plano de Contingência da Segurança para os casos de conflito armado em Manguinhos. Ela explicou que essa questão vai ser incluída no documento sobre o retorno das atividades presenciais e informou que, na semana anterior, foi feita uma vistoria na Escola pela Cogic, junto com um assessor contratado para fazer o projeto de proteção balística da EPSJV. O projeto deve ficar pronto em até dois meses. Depois disso, será feita uma licitação e a previsão é que as obras de proteção balística comecem ainda em 2020.

A coordenadora do Laborat disse que o laboratório propõe que a Escola inclua no documento um posicionamento favorável a uma medida cautelar que impeça as operações policiais na favela porque essas operações inviabilizam as ações humanitárias que podem ser desenvolvidas neste momento pela Fiocruz, no contexto da pandemia.

A chefe de gabinete ponderou que o documento é de circulação interna e que, por isso, não considera pertinente a inclusão da questão das operações policiais no texto. Ela disse considerar mais efetivo que seja feita uma nota pública do CD EPSJV sobre o tema.

A Direção sugeriu que fosse feita uma nota de apoio aos movimentos sociais, mas também disse que tem dúvidas se a questão das operações policiais deve ser incluída no documento.

A coordenadora do Lic-Provoc ressaltou a importância do CD EPSJV aprovar a minuta do documento e também de aprovar a construção de outro documento para consolidar as reflexões da Escola sobre o ensino remoto emergencial.

A chefe de gabinete disse que o documento atual se restringirá ao escopo que se propõe e que novos documentos e fóruns podem ser criados para discutir questões específicas. Ela disse ainda que a Direção vai definir uma equipe responsável pela implantação, acompanhamento e atualização do Plano de Convivência.

As sugestões aprovadas pelo CD EPSJV serão incorporadas ao documento e a versão final será divulgada para a Escola. A chefe de gabinete informou ainda que algumas ações já estavam sendo implantadas e que a execução do plano vai ficar a cargo da VDGDÍ.

A coordenadora do Labgestão informou que o Grupo de Trabalho está elaborando o regimento da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público e que o documento deve ser apresentado na próxima reunião do CD EPSJV.

A chefe de gabinete agradeceu a todo o grupo de trabalho que elaborou o documento e também aos laboratórios e setores que enviaram suas contribuições, possibilitando a construção coletiva do documento.

### Presentes

Alexandre Moreno (Labman)  
Alexandre Pessoa (Lavsa)  
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)  
Anakeila Stauffer (Direção)  
Anamaria Corbo (Direção)  
André Malhão (Lateps)  
Camila Borges (Laborat)  
Daniel Souza (Labform)  
Etelcia Molinaro (Latec)  
Helifrancis Condé (CCI)  
Ingrid D'Ávilla – convidada  
José Mauro (Lires)  
José Orbílio (VDGDI)  
Luiz Maurício Baldacci (VDEI)  
Raquel Moratori (Labgestão)  
Sergio Oliveira (VDPDT)  
Vitória (Grêmio Politécnico)